

Fórum das Seis realiza ato na Esalq em defesa das liberdades de manifestação e organização

Cerca de 200 pessoas participaram do ato que repudiou a coerção que a agremiação Sinsesalq patrocinou contra os diretores do Sintusp nos dias 1º e 3 de outubro passados, e contra o representante da Esalq no Conselho da Adusp, professor Márcio Lambais. Naquelas datas, o Sinsesalq mobilizou a guarda universitária e a polícia de Piracicaba para reprimir a distribuição de boletim do Sintusp e impedir reunião com a direção da Esalq (veja p. 3).

Manifestaram-se no ato entidades do Fórum das Seis (Adusp, Sintusp, STU, Sintunesp), Adunimep, Andes, Fasu-bra, DCE-USP, MUP/BS, MST, MTST e diretores regionais da Adusp Piracicaba, Ribeirão Preto e São Carlos. Às 13h30 uma comissão de representantes destas entidades foi recebida em audiência pelo diretor, professor José Roberto Postali Parra, e pelo prefeito do campus, professor Marcus Folegatti, na qual entregaram o manifesto do Fórum das Seis, assinado por todas as entidades presentes (veja p. 4).

Na audiência enfatizou-se a necessidade de realização de uma sindicância que, dentre outras coisas, apure a fundo as responsabilidades pela coerção à liberdade de manifestação sindical, pelas agressões a sindicalistas do Sintusp e ao representante da Adusp, professor Márcio Lambais, e pela introdução inaceitável da polícia no campus da Esalq. O coordenador do Fórum também reivindicou que a diretoria da Esalq providencie espaço físico para



Fotos: Daniel Garcia



Ao lado, o ato realizado pelo Fórum das Seis na Esalq. Acima, reunião das entidades com o diretor da escola e o prefeito do campus de Piracicaba

a organização do Sintusp no campus Luiz de Queiroz.

Sindicância

Enfaticamente reivindicou-se que a sindicância a ser instaurada atue com transparência e que seja efetivamente acompanhada por representantes legítimos dos três segmentos da comunidade universitária: alunos, professores e funcionários. Destacou-se por fim que mesmo antes da conclusão da sindicância a diretoria da Esalq deveria alertar ao sr. Trevisan, presidente da agremiação Sinsesalq, que é livre o direito à manifestação e à representação sindical nos *campi* da Universidade de São Paulo, sendo inadmissíveis suas atitudes de intimidação ao Sintusp.

A manifestação foi vigorosa e pacífica. Havia um certo temor de que ocorresse algum

tipo de ação violenta para impedi-la. Um comunicado do Sintusp divulgado na rede foi copiado, grifado e distribuído aos sindicatos e Câmara de Vereadores de Piracicaba, alegando-se que haveria invasão da base sindical do Sinsesalq.

Alguns sindicatos foram chamados a impedir nosso ato, se preciso à força, o que acabou não ocorrendo. A Adusp regional e a sub-sede do DCE contaram com o apoio lúcido de vários presidentes de sindicatos locais para contornar

esta situação, pois entendeu-se não ser a Esalq palco de disputa desta natureza.

Pedido de sindicância sobre os episódios de 1º/10 e 3/10 foi encaminhado ontem pela Adusp à Reitoria (ver p. 4).

Assembléia da Adusp decide entrar com ação coletiva contra o desconto de 5%

A Adusp entrará com uma ação coletiva, em nome de seus associados, contra a Lei Complementar 943/03, que instituiu o desconto adicional de 5% dos salários a pretexto de contribuição previdenciária. A decisão foi tomada pela assembléia geral realizada em 9/10.

A assembléia decidiu, também, manifestar ao reitor Adolpho Melfi o entendimento de que seja incluída na pauta da reunião de 4/11 do Conselho Universitário a questão da forma de ingresso de docentes no quadro de pessoal da USP. A Adusp defende o ingresso exclusivamente por concur-

so público, para que não mais ocorram contratações a título precário.

Os professores Américo Kerr, presidente da Adusp, e César Minto, segundo vice-presidente, foram indicados pela assembléia como delegados ao 47º Conad, que será realizado em Natal (RN), de 31/10 a 2/11.

“Proposta da Sociedade Paulista” para a educação agora é projeto de lei

Em apenas dois dias, a Assembléia Legislativa de São Paulo recebeu duas propostas de política educacional, que representam diferentes visões da questão. A primeira, no dia 14/10, foi entregue pelo Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública (Fedep-SP) à Comissão de Educação, presidida pelo deputado Carlinhos de Almeida. No dia 15/10, chegou a proposta do governador Geraldo Alckmin. Ambas, agora, estão tramitando na casa, transformadas em projeto de lei.

O “Plano Estadual de Educação: Proposta da Sociedade Paulista” (PEE-PSP) foi elaborado pelo Fedep-SP com o objetivo de representar uma alternativa às tradicionais políticas educacionais, de cunho conservador, e foi assinado por Carlinhos de Almeida, Roberto Felício e Maria Lúcia Prandi, membros da Comissão de Educação da AL.

O Fedep-SP, do qual a Adusp faz parte, congrega entidades acadêmicas, sindi-

cais, profissionais, estudantis e movimentos sociais. A proposta que encaminhou à Assembléia Legislativa inspira-se no “Plano Nacional de Educação: Proposta da Sociedade Brasileira”, elaborada em 1997 pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública.

“Colocamos no papel nosso horizonte educacional para o Estado, para servir de guia no embate com a proposta do governo”, expli-

ca o professor César Minto, integrante do Fedep-SP e vice-presidente da Adusp. O PEE busca, assim, ser uma forte referência nos debates a serem realizados na Assembléia Legislativa, e foi concebido para atender às necessidades educacionais da grande maioria da população, sendo, desse modo, socialmente incluyente.

Princípios

Outra questão trabalhada

no PEE-PSP, um documento denso de 170 páginas, com mais de 60 tabelas, é a articulação das políticas de ensino, em contraposição às políticas fragmentadas hoje existentes no país. Apesar de haver, no Plano Nacional de Educação, menção a regime de cooperação entre União, Estados e municípios, a lei não especifica como se daria essa cooperação. Na prática, as políticas de ensino ainda mantêm-se

desencontradas.

Da Carta de Princípios do Fedep-SP, reproduzida no PEE, constam o financiamento adequado, pelo poder público, das demandas educacionais; a participação democrática e o controle social na gestão das unidades escolares; o ingresso dos profissionais em educação por concurso público; autonomia didática e científica às instituições escolares; e a indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão no ensino superior. O primeiro princípio da Carta: “educação como direito de todos e dever do Estado”.

PEE-PSP expõe o panorama preocupante da educação no Estado

É preocupante o diagnóstico da educação no Estado de São Paulo, feito no Plano Estadual de Educação: Proposta da Sociedade Paulista (PEE-PSP), que se encontra reproduzida no site da Adusp (www.adusp.org.br/pee/).

Se há problemas sérios no ensino fundamental e médio, no presente contexto associados mais à qualidade do que à oferta de vagas nesses dois níveis, nos dois extremos, tanto na educação infantil quanto na superior, o descompasso entre demanda e oferta se dá em ambos os aspectos, qualitativo e quantitativo.

Enfocando especialmente o ensino superior, *locus* da formação dos profissionais que vão atuar nos demais níveis, a situação se revela desesperadora, além de profundamente injusta e desigual. Em relação à população paulista, as matrículas no ensino superior público, entendido no PEE-PSP pelas razões lá expostas como

englobando apenas instituições estaduais e federais, são proporcionalmente menores do que nos demais estados da federação, alcançando apenas 1,8% dos jovens na faixa etária entre 18 e 24 anos.

Privatização

Em São Paulo, o ensino privado ocupa, nesse nível da educação, um espaço absolutamente desproporcional, correspondendo a mais de 90% das matrículas e dos ingressantes. Como consequência dessa predominância de critérios mercadológicos, a distribuição do atendimento encontra-se profundamente distorcida entre as diversas áreas de formação profissional e do conhecimento, sendo que metade das conclusões ocorrem na área de Direito, Negócios e Ciências Sociais aplicadas.

Projetando uma problemática de difícil encaminhamento a curto e médio prazos, preocupa especialmente o fato de que só

pequena fração (4,5%) dos educadores (licenciados em várias áreas e pedagogos) concluem seus estudos em instituições de ensino superior públicas, por suas implicações em termos do encaminhamento de políticas educacionais mais consequentes.

Além das distorções já citadas, ocorre outra, de responsabilidade direta das autoridades estaduais: a distribuição da oferta de vagas públicas é bastante desigual no Estado, entre as diversas regiões administrativas que o compõem. Em 2001, duas regiões administrativas não possuíam qualquer ensino superior público, e contingentes populacionais expressivos estão desatendidos dentro da grande região metropolitana de São Paulo e na Baixada Santista.

Como exposto no PEE-PSP, há necessidade e possibilidades de reverter esta situação, colocando a educação como verdadeira prioridade.

Falta de quórum impede exame de recurso de docente da ECA

Constava da pauta da reunião de 24/9 da Congregação da ECA, como publicado no *Informativo Adusp 147*, exame de recurso da professora Sônia Maria de Amorim contra a decisão do Conselho Departamental de Jornalismo e Editoração, tomada em 5/8, de rescindir seu contrato. Contudo, apesar de haver quórum para a reunião (maioria simples ou 50% mais um), não havia número suficiente para o debate e votação do recurso (maioria qualificada ou 2/3 dos membros). Assim, a apreciação do recurso foi adiada para a próxima reunião, prevista para 29/10.

**Fortaleça
a sua
entidade**

**Filie-se
à Adusp**

Agressão a sindicalistas no campus de Piracicaba

Representante da Adusp foi agredido e ameaçado. Polícias civil e militar invadem o campus

A Adusp solicitou à Reitoria da USP abertura de sindicância administrativa para apurar com rigor os graves fatos ocorridos no campus de Piracicaba, nos dias 1/10 e 3/10, que atentam contra o exercício da democracia. Nessas datas, agentes da segurança do campus agrediram e detiveram ilegalmente representantes do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp) e o professor Márcio Lambais, representante da Esalq no Conselho da Adusp, foi agredido e ameaçado.

Além disso, em episódio que faz lembrar os tempos da ditadura militar, policiais civis e militares invadiram a sala da diretoria da Esalq, onde deram voz de prisão aos sindicalistas ligados ao Sintusp, no momento em que se reuniam com o prefeito, professor Marcos Vinicius Folegatti, e o diretor da Esalq, professor José Roberto Postali Parra.

No campus da Esalq existe uma entidade denominada Sindicato dos Servidores da Esalq (Sinsesalq), a qual avoca para si a representação sindical dos funcionários do campus da USP de Piracicaba. Embora o Sinsesalq não seja legalmente um sindicato, seu presidente, Laércio Trevisan Júnior, está licenciado pela USP como dirigente sindical.

Interrupção

No dia 1/10, após interromper uma reunião de dirigentes e conselheiros do Sintusp com a diretoria da Esalq, policiais comandados pelo delegado do 1º Distrito Policial de Piracicaba conduziram quatro sindicalistas à delegacia. Eles foram chamados ao campus por Trevisan, que denunciou

suposta agressão praticada por Neli Wada, diretora do Sintusp, contra o chefe da guarda do campus.

A agressão atribuída a Neli teria ocorrido momentos antes da reunião, quando os sindicalistas do Sintusp distribuíam panfletos. No prédio principal, onde funcionam a diretoria da Esalq e a prefeitura do campus, quatro seguranças da guarda universitária tentaram impedir a entrada de Givanildo, diretor do Sintusp, sob alegação de que ele não é funcionário da USP.

De acordo com Neli, o chefe da guarda deu voz de prisão a Givanildo, que foi então “barbaramente agarrado por outros dois seguranças”. Neli procurou intervir, e por isso recebeu também voz de prisão, chegando a ser algemada. Os seguranças só libertaram os dirigentes sindicais quando o prefeito do campus, professor Folegatti, apareceu na cena do incidente.

Aparato policial

Foi sob tal atmosfera de tensão que se iniciou a reunião entre o Sintusp e a direção da Esalq, que fora previamente agendada com a finalidade de discutir uma pauta de reivindicações dos funcionários da USP. Estavam presentes, além do diretor da unidade, do prefeito do campus e dos diretores do Sintusp, os funcionários Veríssimo e Alexandre, conselheiros de base da entidade.

A reunião terminou abruptamente quando o aparato organizado pelo delegado do 1º DP — seis policiais à paisana e dois policiais militares — invadiu a sala. Em seguida, os representantes do Sintusp foram levados ao 1º DP, acompanhados pelo prefeito do campus, por

guardas universitários e por Trevisan.

À pergunta do delegado sobre a existência de normas que venham a impedir a distribuição de boletins sem permissão prévia, o prefeito respondeu que dentro da USP há restrição apenas à propaganda comercial. Os dirigentes e os conselheiros do Sintusp foram liberados, mas foi aberta ação de queixa-crime contra eles, na justiça local (processo nº 1512/03).

Agressão à Adusp

No dia 3/10, um indivíduo ligado ao Sinsesalq agrediu verbal e fisicamente o representante da Adusp em Piracicaba, professor Márcio Lambais, quando este ten-

tava mediar novo conflito entre funcionários filiados ao Sintusp e ao Sinsesalq. As respostas às tentativas de mediação do professor Lambais foram um empurrão e uma ameaça: “A gente pode dar um jeito em você”.

Na ocasião, aqueles funcionários pretendiam distribuir panfletos do Sintusp, entidade oficialmente reconhecida pelo Conselho de Reitores das Universidades Paulistas (Cruesp) como representante dos funcionários da USP, e haviam comunicado o gabinete do Reitor a respeito. Segundo relato do Sintusp, eles foram agredidos verbalmente por Trevisan, por outros sindicalistas da Força Sindical e por policiais à paisana; além

disso, tendo em vista que estes estavam armados com revólveres, porretes e spray de pimenta, os funcionários buscaram refugiar-se na prefeitura do campus, ocasião em que o prefeito do campus foi destrutado aos gritos por Trevisan. Este convocou a Polícia Militar, que conduziu os funcionários ligados ao Sintusp ao 1º DP.

Em vista destes graves incidentes, o Fórum das Seis, reunido no dia 14/10, aprovou a realização de um ato público no campus da Esalq, com a entrega ao diretor da Esalq, e ao prefeito do campus, de um manifesto em defesa da liberdade de expressão e manifestação (leia nesta edição a íntegra do manifesto).

CARTAS

Direitos autorais

“Ao *Informativo Adusp*

Uma vez que meu nome foi citado na matéria ‘Direitos autorais, sempre um problema’, publicada no *Informativo Adusp* 147, de 19 de setembro p.p., gostaria de ver publicados os seguintes esclarecimentos:

1- creio que a advogada da Editora da UFRGS deve ter-se equivocado ao declarar que os co-autores do livro organizado pela professora Mônica Zielinsky ‘haviam desistido dos direitos autorais’, uma vez que não recebi nenhuma consulta nesse sentido. O único documento que assinei foi uma autorização de publicação, quando o livro estava aos cuidados da UFMG. Em consequência do que foi noticiado, encaminhei uma correspondência à organizadora do livro, solicitando esclarecimentos;

2- como organizei e participei de vários livros coletivos, assinei diferentes tipos de contrato (inclusive os citados na matéria), tendo optado, em alguns casos, por ser paga de antemão pelo texto produzido. A proposta da editora, portanto, não foge a uma prática comum de nosso mercado editorial.

A questão levantada pelo colega é de princípio e precisa, sem dúvida, ser respeitada e resolvida. No entanto, poder-se-ia buscar algum tipo de entendimento que não embaçasse a edição do livro, pela segunda vez, pois, nesse tipo de publicação, conta mais a divulgação do próprio trabalho e a contribuição que este pode dar a uma área do conhecimento do que o recebimento de alguns trocados pelos direitos autorais.

Cordiais saudações,

Professora **Annateresa Fabris**
ECA-USP”

Nota da Redação- A Adusp respeita a opinião da professora, mas mantém a convicção de que os direitos autorais devem ser respeitados, sejam quais forem os valores envolvidos.

Adusp requer sindicância à Reitoria

Adusp protocolou, no dia 17/10, o seguinte requerimento à Reitoria (ofício Adusp 090/03):

“A Associação dos Docentes da USP, em virtude dos acontecimentos transcorridos nas datas de 01/10/2003 e 03/10/2003 no campus da Universidade de São Paulo de Piracicaba, cujos relatos seguem nos documentos em anexo, envolvendo dirigentes sindicais, a diretoria da Esalq, a Prefeitura do Campus, a Guarda Universitária e policiais civis e militares do Batalhão da PM de Piracicaba, culminando na lavratura de boletins de ocorrência onde foram narradas agressões, ameaças, entre outros fatos ocorridos dentro do campus desta Universidade, e inclusive prisão de alguns dos envolvidos, vem requerer desta Reitoria a instauração imediata de sindicância para apuração criteriosa dos fatos e das responsabilidades no tocante a:

1. A denúncia de intimidação e assédio moral por parte da guarda universitária, em especial de ter no dia 01/10/2003 dado voz de prisão, confrontado fisicamente e algemado sindicalistas no exercício de suas atividades sindicais.

2. Permissão da entrada de grande contingente de policiais, inclusive militares, no campus sem que o evento criminoso estivesse em andamento, em especial durante reunião que transcorria entre sindicalistas e chefia administrativa, no recinto da Diretoria da Esalq, sem que crime estivesse ali ocorrendo.

3. Solicitação da presença do próprio delegado de polícia para acompanhar ação dentro do campus.

4. Obediência da guarda

universitária à orientação de servidor sem autoridade hierárquica sobre a guarda, sr. Laércio Trevisan.

5. A ação da Guarda Universitária e a orientação dada à mesma.

6. Iniciativa de servidor Trevisan em chamar a Polícia Militar para dentro do campus da Universidade, ao invés de se dirigir à delegacia mais próxima e realizar a *notitia criminis* que julgava devida.

7. Invasão do servidor Trevisan em reunião entre diretoria da Esalq e dirigentes sindicais do Sintusp, acompanhado de policiais militares e do delegado de polícia local, interrompendo reunião que transcorria normalmente.

8. Legitimidade do servidor Trevisan como dirigente sindical. Apuração da regularidade e legitimidade da entidade Sinsesalq como entidade representante dos trabalhadores da USP, tendo em vista a intromissão nas atividades sindicais que exerciam dirigentes do Sintusp. Apuração da legalidade de situação funcional dos seus dirigentes sindicais e do afastamento sindical do sr. Laércio Trevisan.

9. As ações do servidor Laércio Trevisan dentro do campus da Universidade e as transcorridas dentro da sala da diretoria no dia 01/10/2003.

10. O excesso da ação dos policiais civis e militares ali presentes, indevida, sem cautela, abusiva e desproporcional ao evento ocorrido.”



Em defesa dos direitos à liberdade de organização e manifestação

O Fórum das Seis, os DCE's da USP, Unesp e Unicamp e as entidades abaixo assinadas manifestam sua preocupação e repúdio à coerção, violência, ameaças e agressões morais e físicas de que foram vítimas, no campus da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), nos dias 1º e 3 de outubro próximos passados, diretores do Sintusp e membros de seu Conselho de Base, bem como o prof. Dr. Marcio R. Lambais, representante da Esalq no Conselho da Adusp. Estes acontecimentos atentam contra a democracia que deve pautar as relações sociais, muito particularmente no interior de uma Universidade.

O Sintusp é membro fundador do Fórum das Seis, signatário do acordo firmado com o Cruesp em junho de 1991, que estabelece a data-base de docentes e funcionários das universidades estaduais paulistas, e é reconhecido pelo Cruesp como representante dos funcionários técnico-administrativos da USP em todas as mesas de negociação realizadas até hoje.

É urgente que a USP, através da sua Reitoria, estabeleça sindicância administrativa para apuração completa dos fatos, providenciando as medidas disciplinares pertinentes. Além disso, é importante que os procedimentos policiais, em particular a invasão da sala da diretoria da Esalq, sejam levados ao conhecimento da Corregedoria da Polícia para apuração e providências cabíveis.

Conclamamos as autoridades acadêmicas da Esalq a garantirem aos integrantes da comunidade universitária — estudantes, funcionários e professores — o pleno exercício dos direitos à liberdade de organização e manifestação, conquistados pela luta da maioria dos brasileiros, mesmo durante o regime militar de triste memória, e consagrados na Constituição Federal promulgada em 1988.

Piracicaba, 16 de outubro de 2003

Fórum das Seis

Adusp - Associação dos Docentes da USP
Sintusp - Sindicato dos Trabalhadores da USP
Adunicamp - Associação dos Docentes da Unicamp
STU - Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp
Adunesp - Associação dos Docentes da Unesp
Sintunesp - Sindicato dos Trabalhadores da Unesp
Sinteps - Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza